Privatização da BR em março

De acordo com o cronograma do governo, as obras de duplicação de 108 quilômetros da BR começam em agosto

partir do próximo mês o governo federal começará a licitar os 458 quilômetros da BR-101 no Espírito Santo, que passará a abrigar seis praças de pedágio.

A previsão é de que as obras dos 108 quilômetros da BR se iniciem em agosto. Como cada pedágio, para carro passeio, está previsto para custar R\$ 6, para atravessar o Estado serão gastos R\$ 36.

O diretor do departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes, Fábio Duarte, informou que estudos estão sendo feitos para identificar os pontos que precisam de duplicação.

"Ainda não temos os trechos da duplicação. Acredito que serão trechos próximos as grandes cidades e onde o

60%

veículos de

Tráfego

40%

ônibus e caminhões

Cachoeiro de

Itapemirim

Itapemirim

fluxo de caminhões seja in-

tenso", informou o diretor.
Além da duplicação, a rodovia ganhará obras como: construção de pontes, terceira faixa, marginais, interseções, retornos, trevos, passarelas para pedestres e barreiras de concreto.

Segundo Duarte, o desgaste provocado pela deterioração das rodovias e a urgência em conferir eficiência à movimentação das cargas que atravessam o Brasil merecem providências urgentes.

A concessão que será feita em oito estados, totalizando três mil quilômetros, terá investimentos de R\$ 10 bilhões, segundo o Ministério dos Transportes.

Duarte acrescentou que os estudos de viabilidade serão enviados, ainda este mês, para o Tribunal de Contas da

> Os 458 quilômetros da BR-101 corresponde a toda sua extensão, da divisa do Rio de

> > Média de 7 mil veículos por dia. Um

Cariacica

dos trechos com mais tráfego é o

de 50 mil veículos por dia.

Guarapari

acesso, na Reta do Aeroporto, que é

Janeiro com o Espírito Santo e da divisa da

Observação:

Bahia com o Estado.

Anchieta

União (TCU) e à Comissão Nacional de Desestatização.

O TCU dispõe de 45 dias para analisar os relatórios, porém ainda permanece pendente o critério do leilão, ou seja, se acontecerá pelo menor preço da tarifa a ser cobrada do usuário ou o maior valor pago pela concessão

O processo de licitação será aberto tanto para empresas nacionais quanto estrangeiras. Sendo que a mesma empresa pode ganhar a licitação para mais de um trecho.

"As empresas não terão limites na aquisição dos trechos, ou seja, uma única empresa pode ser concessionária de duas ou mais praças de pedágios no Estado", destacou Duarte.

O diretor do departamento ressaltou que o pagamento da tarifa, que está estimada em R\$ 6, para carro pas-

seio, começará a ser cobrada após o término das obras, previsto para fevereiro de 2006.

Ibiraçu

Vitória

o turismo ainda no segundo semestre deste ano)

Trechos que serão modernizados

pelo governo federal:

Vitória-João Neiva: 67 km, investimento de R\$ 2 milhões Viana-Guarapari: 30 km (a obra será feita para incentivar

Fundão

Aracruz

Trechos eríticos
vão receber obras,
de acordo com o
processão de
concessão

OBRAS

Duplicação: 108 quilômetros

Terceira faixa: implantação de 70 quilômetros Marginais: implantação de 80 quilômetros em tre-

Interseções, retornos e trevos: Sete entroncamentos em desnível, passagens inferiores por baixo da pista Passarelas para pedestres: Seis

Barreiras de concreto: extensão de 30 quilômetros.

Conceição da Barra

Sooretama

Linhares

Trechos que possivelmente terão praças de pedágio instaladas: quilômetro 94, quilômetro 168, quilômetro 249, quilômetro 318, quilômetro 391 e quilômetro 447.

São Mateus,

Edital: previsto para ser divulgado no final do próximo mês

Licitação: a previsão é de que a licitação acabe em agosto, podendo a empresa ganhadora estar assumindo a operação da praça a partir deste momento.

Cobrança: só pode ser iniciada a cobrança do pedágio seis meses após o término das obras nos trechos. A previsão é de que a cobrança tenha início no mês de fevereiro de

Concessão: a concessionária terá a gestão da rodovia mediante a cobrança de pedágio pelo prazo de 25 anos

Fonte: Ministério dos Transportes

Estado na área mais disputada

A BR-101, no Espírito Santo, está entre os trechos mais valorizados do Programa de Concessão de Rodovias do governo federal.

Atilio

Vivacqua

Mimoso

Segundo o diretor do departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes, Fábio Duarte, a BR-101, no Espírito Santo, foi escolhida levando em conta a necessidade de recuperação da rodovia, além do movimento de carros de passeio e das cargas que são transportadas pela BR.

"Para a privatização levamos em conta a necessidade de recuperação imediata dos trechos, as adaptações que terão que ser feitas pelos concessionários e a importância da rodovia para o Brasil, tanto para carros de passeio quanto para transporte de cargas", destacou Duarte.

Além da BR-101 no Estado, com um trecho total de 458 quilômetros — entre as divisas da Bahia com o Espírito Santo e do Espírito Santo com o Rio de Janeiro —, integram essa fase os trechos da BR-153 (entre as divisas Minas-São Paulo e São Paulo-Paraná), com 321,70 qui-

lômetros: BR-116 (entre Curitiba e a divisa Santa Catarina-Rio Grande do Sul), com 406,50 quilômetros; BR-393 (trecho entre a divisa de Minas com o Rio e o entroncamento com a Via Dutra), com 200,50 quilômetros; BR-101 (trecho entre a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e a Ponte Rio-Niterói), com 320,80 quilômetros; BR-381 (trecho Belo Horizonte-São Paulo); BR-116 (trecho São Paulo-Curitiba), com 401,70 quilômetros e o trecho BR-116 (entre Curitiba-Florianópolis), com 367,60 quilômetros.

ENTENDA O PROCESSO

- Atualmente os estudos de viabilidade de cada um dos oito lotes foram concluídos e serão entregues nos próximos dias ao TCU e à Comissão Nacional de Desestatização.
- Como o TCU dispõe de 45 dias para analisar os relatórios, os editais somente serão divulgados após esse prazo.
- Aprevisão é que os editais fiquem prontos no próximo mês e o processo licitatório tenha duração de quatro meses.
- A concessionária ganhadora assumirá o trecho para o início das obras no mês de agosto.
- Durante o processo de aprovação do TCU e da licitação, o governo federal definirá qual será o critério dos leilões: menor preço de tarifa para o usuário ou a empresa que oferecer o maior va-

- lor pela gestão da rodovia.
- Os concessionários que assumirem os oito lotes a serem licitados só poderão começar a cobrança dos pedágios seis meses depois do início da gestão. Esse tempo será usado para iniciar o processo de recuperação das estradas.
- O ápice do processo é o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), previsto para acontecer no mês de julho, mediante lances sucessivos sem limites.
- Tão logo seja concluído o programa de privatização dos três mil quilômetros, o Ministério dos Transportes pretende iniciar a licitação de outros cinco mil quilômetros de estradas federais, que restarão para serem transferidos à iniciativa privada.